

## Crise da industrialização e a “ilusão do desenvolvimento econômico”: uma revisão crítica do Plano Trienal e do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)

Industrialization crisis and the “illusion of economic development”: a critical review of the Triennial Plan and the Government's Economic Action Program (PAEG)

Acson Gusmão Franca <sup>a</sup>

Vinícius Figueiredo Silva <sup>b</sup>

**Resumo:** O presente trabalho propõe-se a apresentar uma síntese acerca da política econômica brasileira na primeira metade dos anos de 1960, tendo como espectro a atuação do Estado brasileiro na execução do Plano Trienal (1963 – 1965) e do Programa de Ação Econômica do Governo (1964 – 1966). Para tanto, revisitamos os processos de elaboração e execução dessas duas políticas econômicas de matrizes ideológicas distintas com o objetivo de compreendermos o papel do Estado neste período. Os resultados obtidos com este estudo sugerem que para além dos possíveis avanços da política econômica pró-industrialização, ocorreram mudanças significativas na própria concepção de planejamento perseguida ao longo deste período.

**Palavras-chave:** Economia Política; Plano Trienal; PAEG; Desenvolvimento.

**Classificação JEL:** O01; O02; O25

**Abstract:** The purpose of this paper is to present a synthesis of Brazilian economic policy in the first half of the 1960s, with the Brazilian State's performance in the execution of the Triennial Plan (1963 - 1965) and the Government's Economic Action Plan (1964 - 1966). To this end, we revisit the processes of elaborating and executing these two policies, improving different ideological matrixes, with the objective of understanding the role of the State in this period. The results obtained with this study made that in addition to the possible advances of the pro-industrialization economic policy, there were relevant changes in the planning concept pursued throughout this period.

**Keywords:** Political economy; Triennial Plan; PAEG; Development.

**JEL Classification:** O01; O02; O25

---

<sup>a</sup> Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. E-mail: [acson\\_franca@yahoo.com.br](mailto:acson_franca@yahoo.com.br)

<sup>b</sup> Doutorando em Economia Política pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: [vinicius.eco27@gmail.com](mailto:vinicius.eco27@gmail.com)

## 1. Introdução

A virada dos anos 1950/60 representou um período de desaceleração para a economia brasileira, produto de um conjunto de fatores, os quais evidenciavam os limites da industrialização periférica em meio a fase de substituição de importações<sup>1</sup>. Os efeitos deletérios da política “desenvolvimentista” protagonizada por Juscelino Kubitschek (1956-1961), tais como: aumento da dívida externa e da inflação estrutural, contribuíram diretamente para declínio da taxa de expansão dos investimentos e o aumento da capacidade ociosa de muitas indústrias, de maneira a gerar queda do crescimento interno do país e do financiamento externo.

Da mesma maneira, podemos contrastar o superficial sucesso destas políticas com a reconfiguração das nossas condições de dependência e a permanência da desigualdade, dos desequilíbrios regionais e da miséria. Foram essas condições de instabilidade que contribuíram para firmar o malogro do projeto expansionista de Kubitschek e, por sua vez, acabaram por gerar um ambiente propício a uma nova disputa nas eleições presidenciais que se aproximavam (SERRA, 1998).

Revestido desta imagem de salvador da pátria e com a promessa usual de “varrer a corrupção do país”, Jânio Quadros conseguiu atrair votos da maior parte da população brasileira, saindo vencedor das eleições de outubro de 1960. No plano econômico, defendeu a responsabilidade de buscar apoio externo para renegociar a dívida externa brasileira e ainda obter novas linhas de crédito para solucionar os problemas relacionados ao desequilíbrio no balanço de pagamentos – os quais impediam o país de restaurar as condições que garantiram o avanço da industrialização.

Para tanto, Quadros atuou em duas frentes: por um lado, realizou uma reforma no sistema de câmbio<sup>2</sup> e, por outro, iniciou uma série de tentativas de renegociação da dívida externa. Para além dessas medidas, ao assumir a presidência do Brasil, criou a Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) que coexistiu por algum tempo com o Conselho de Desenvolvimento Brasileiro, responsável por gerir o planejamento da economia brasileira (MIGLIOLI, 1982).

---

<sup>1</sup> Para uma análise mais aprofundada dos limites, desafios da industrialização periférica e os debates em torno desta problemática, ver BIELCHOWSKY (1988), TAVARES; SERRA (1976) e RANGEL (1986).

<sup>2</sup> De acordo com Loureiro (2010, p.563-564), a publicação da Instrução nº 204 da SUMOC simbolizou o primeiro passo da reforma cambial janista. Isso porque, em linhas gerais, “essa instrução buscava unificar as diferentes taxas de câmbio existentes. As divisas para a importação de produtos pertencentes à categoria “geral” seriam obtidas no mercado livre. As cambiais, da categoria “especial” - referentes aos bens de luxo e/ou considerados supérfluos pelas autoridades econômicas -, ainda seriam adquiridas em leilões, porém ofertadas em quantidades restritas. Além disso, permitiu-se que os exportadores vendessem suas divisas livremente no mercado, com a exceção daqueles que exportavam café ou cacau. O câmbio de custo, que englobava os produtos cuja importação era subsidiada pelo governo - tais como trigo, petróleo e papel de imprensa -, foi desvalorizado em 100%. Por fim, estipularam-se limitações para a compra de cambiais da categoria “geral”: haveria cotas de divisas semanais por pessoa jurídica (US\$ 20.000), bem como a obrigatoriedade de o importador obter letras do Banco do Brasil no mesmo valor das divisas por ele compradas. Tais letras seriam readquiridas pelo governo em cinco meses, com juros de 6% mensais”.

No plano político, sua pouca preocupação com questões partidárias redundou em um conflito com o próprio grupo que o havia lançado como candidato (UDN). A defesa por uma redefinição nas relações diplomáticas com os Estados Unidos e a retomada dos contatos com a União Soviética (suspensas desde a meados da década de 1940), acirraram os ânimos tanto daqueles que outrora o apoiaram, quanto das Forças Armadas e outros estratos sociais (RODRIGUES, 1986).

Essa forte oposição, permeada pelo contexto político-ideológico da Guerra Fria, por estratégias contraditórias<sup>3</sup>, bem como por medidas austeras de restrição de crédito e congelamento de salários, minaram as forças de sustentação do seu governo. Diante disso, Jânio governou apenas por sete meses, deixando a presidência em 25 de agosto de 1961. Em meio à renúncia de Quadros e o embate<sup>4</sup> para que João Goulart (vice-presidente) assumisse a presidência, foram instituídos um regime parlamentarista e um Conselho de ministros pelo qual propôs ao Parlamento a criação de um novo programa de governo e com ele, um novo sistema de planejamento para dar continuidade ao “processo de desenvolvimento brasileiro” (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Partindo destes princípios, houve na primeira metade da década duas diferentes tentativas de eliminar as pressões inflacionárias e recolocar o país nos trilhos do crescimento econômico: o Plano Trienal (dezembro de 1962) e o Plano de Ação Econômica do Governo (novembro de 1964). O primeiro, durante o governo democrático e de esquerda de João Goulart e o segundo, sob o campo de ação de uma ditadura de orientação conservadora, no governo de Castello Branco.

Frente à esta discussão, o presente artigo tem por objetivo principal apresentar um panorama sobre política econômica brasileira em meados da década de 1960, tendo em vista a atuação do Estado brasileiro na realização do Plano Trienal (1963 – 1965) e do Programa de Ação Econômica do Governo (1964 – 1966). Para tanto, apresenta-se inicialmente, a proposta do Plano Trienal e suas principais características. Em destaque, sua importância enquanto tentativa nacionalista de superação do subdesenvolvimento.

Em seguida, faremos uma exposição da estratégia de desenvolvimento proposta para o triênio 1964-1966 por meio do projeto conservador do PAEG, cujos objetivos e processo de execução demonstram os reais interesses da política econômica do golpe e uma conjuntura marcada pela crise da industrialização. Em consonância com nosso objetivo, serão feitos apontamentos críticos no sentido de refletirmos sobre a atuação do Estado brasileiro no que se refere a utilização do planejamento econômico como instrumento necessário na articulação do desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Contraditórias, porque sua estratégia política buscava servir à dois senhores incompatíveis para a época. Por exemplo, ao mesmo tempo que sua política externa independente e sua simpatia à reforma agrária eram do agrado da esquerda, na política econômica ele é ortodoxo, ao gosto da direita monetarista.

<sup>4</sup> Frações de classe mais conservadoras temiam a ascensão de Jango dado sua aproximação com ideais trabalhistas. Por outro lado, havia a mobilização de políticos e outras lideranças, como Leonel Brizola, que passaram a fomentar uma campanha “de legalidade” para que o advogado riograndense pudesse assumir o poder como era de direito após a renúncia de Quadros.

## 2. O Plano Trienal (1963 – 1965)

Os primeiros anos da década de 1960 foram um período em que foram colocadas em prática diversas tentativas de se impor reformas necessárias para a diminuição das tensões sociais. Nesse sentido, as eleições de fins de 1962, e o posterior plebiscito que seria realizado em janeiro de 1963 cuja pauta era decidir se o parlamentarismo seria mantido, ocuparam grande espaço no debate público em decorrência da situação singular por qual passava o país<sup>5</sup>.

As instituições nacionais se encontravam em crise e as chamadas reformas de base dominavam a campanha eleitoral, surgindo assim, a oportunidade para a tentativa de formação de uma frente parlamentar comprometida com as mesmas (BANDEIRA, 1978). Dentre as principais reformas propostas estavam: o direito à greve, a instauração de escala móvel de salários, reforma agrária, legislação social para o trabalhador rural, voto ao analfabeto, além da focalização de medidas nacionalizantes como a estatização das concessionárias de serviços públicos; nacionalização forçada de setores industriais como moinhos, frigoríficos e farmacêuticos; intervenção direta na formação de preço dos setores agroalimentares; centralização do câmbio pelo Banco do Brasil; monopólio de exportações do café e ampliação do monopólio estatal do petróleo através da nacionalização da distribuição etc. (TOLEDO, 1991).

Em meio as perceptíveis dificuldades no gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos, João Goulart<sup>6</sup> pretendia realizar essas reformas, pois reconhecia a importância das mesmas para a criação das “bases” para uma indústria autônoma e nacional. Em outros termos, o Plano Trienal foi este o primeiro instrumento de “política econômica global” a apresentar diretrizes básicas capazes de motivar o Estado a participar diretamente do processo de formação de capital e captação de recursos que permitissem o crescimento econômico do Brasil (MATOS, 2002).

Mais do que dar continuidade à proposta do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro<sup>7</sup>, o objetivo do plano era “conjugar a manutenção da taxa de crescimento do produto do quinquênio anterior com a redução da pressão inflacionária e desigualdade social” (MIRANDA, 1979, p.74). Tratava-se de um instrumento de saneamento econômico cujo principal esforço era garantir o financiamento para as iniciativas governamentais em

---

<sup>5</sup> Uma análise mais aprofundada acerca do contexto de implementação do Plano Trienal e sua relação com os EUA pode ser encontrada em LOUREIRO (2013).

<sup>6</sup> Sobre a trajetória política e pessoal de João Goulart, ver FERREIRA (2011).

<sup>7</sup> De acordo com Fonseca (2016, p.120-21), o nacional-desenvolvimentismo foi bastante utilizado para tipificar os governos de Vargas, marcados por uma ideologia mais nacionalista e que, mesmo sem dispensar o capital estrangeiro, relegava importante papel ao Estado para alavancar investimentos prioritários, demarcando áreas restritas para o capital nacional. Na sociologia uspiana, como se vê em Cardoso e Faletto (1970), tratava-se de um fenômeno associado ao processo de substituição de importações, em um período quando a produção se centrava nos bens de consumo populares, liderada pelo setor privado nacional. Como projeto, propunha avançar a industrialização para os bens de capital e intermediários. Politicamente, expressava-se como uma aliança entre este empresariado, segmentos das “classes médias” (nestes incluídos a burocracia) e trabalhadores urbanos, propondo a “incorporação das massas”, cuja expressão política seria o “populismo”.

nome do desenvolvimento nacional, o que possibilitaria a economia brasileira reduzir as desigualdades sociais e superar a crise econômica.

Nas primeiras páginas do documento, quando seus autores elaboraram um Resumo do Plano, pode-se constatar que as possibilidades dinâmicas do processo substitutivo ainda não se haviam esgotado. As previsões realizadas seriam no sentido de, ao término do triênio 1963/1965, a indústria do país contribuir com mais ou menos 70% dos bens de capital que a economia necessitasse para manter sua taxa de crescimento. Sob este aspecto, desde que resolvidos os problemas de financiamento interno e externo, a substituição de importações continuaria a impulsionar o crescimento do produto, estando afastada tendência de tipo estagnacionista (MIRANDA, 1979, p.10).

Nesse sentido, o documento síntese do Plano Trienal (1962) recomendaria assim, oito objetivos básicos que deveriam conduzir a ação do governo durante o período 1963/1965. Resumidamente, estes objetivos seriam: i) manter uma elevada taxa de crescimento do produto; ii) reduzir de forma gradual o processo inflacionário iii) reduzir o elevado custo social, característico do desenvolvimento brasileiro, melhorando a distribuição de seus benefícios; iv) intensificar a ação do governo nos campos da educação, pesquisa, tecnologia e saúde pública; v) reduzir as desigualdades regionais; vi) eliminar progressivamente os entraves "institucionais" à continuidade do desenvolvimento, inclusive no que tange à concentração agrária; vii) refinanciar a dívida externa e; viii) assegurar ao governo uma unidade de comando crescente dentro de sua própria esfera de ação.

As decisões econômicas mais importantes, do ponto de vista do plano, estavam atreladas à própria interpretação estruturalista do conceito de desenvolvimento feita por Celso Furtado, seu principal formulador. Para o autor, o que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. Desse modo, quaisquer estratégias de planejamento econômico para economia brasileira deveriam ter como prioridade antecipar as principais modificações estruturais requeridas para a manutenção de um determinado ritmo de desenvolvimento para a efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população (FURTADO, 1980).

Nesta condição é que as considerações sobre a lógica do funcionamento do mercado e das instituições democráticas precisariam ser reposicionadas. Sem "instituições políticas abertas, leia-se democráticas, a tarefa de superação do subdesenvolvimento ficaria irremediavelmente comprometida" (CEPÊDA, 2015, p.180). Não por acaso, nos textos produzidos em meio às graves tensões políticas do início dos anos de 1960 até o golpe de 1964, à exemplo da obra "A pré-revolução brasileira"<sup>8</sup>, Furtado elege como temas centrais de suas reflexões os problemas da vida pública, em especial os riscos dos fechamentos da frágil democracia em curso no país – tanto à direita (vislumbrando já o golpe dos militares) quanto à esquerda.

---

<sup>8</sup> FURTADO (1962).

Nesta mesma lógica, Furtado (1965) esclarece que tais modificações não poderiam ser alheias aos dilemas estruturais e históricos do subdesenvolvimento, onde a concentração de renda, a superexploração do trabalho, o excedente estrutural de mão-de-obra e a heterogeneidade estrutural estabeleceram ao longo do tempo obstáculos cada vez mais intransponíveis à condição do país. A solução para estes problemas estaria circunscrita ao “rigor da análise econômica, sempre em paralelo com a realidade histórica, e a consideração da distribuição do produto social (renda)” como elemento essencial na teoria do desenvolvimento (FURTADO, 1965, p.20). Daí a necessidade da crescente eficiência e sofisticação na ação do Estado como artífice, isto é, agente propulsor das atividades econômicas.

De acordo com Furtado (1962), para que a planificação fosse eficaz em uma economia subdesenvolvida como a nossa, era imprescindível que o Estado orientasse diretamente o processo econômico – destinando e captando recursos que ampliassem desde a base de recursos naturais economicamente utilizáveis, até investimentos de tipo social, indispensáveis ao desenvolvimento (como no caso das obras de saneamento). Além disso, Furtado acreditava que a planificação econômica não seria objetivo que pudesse ser alcançado de uma vez, visto que:

Constitui, em última instância, uma técnica de governar e administrar, e como tal deve ser introduzida progressivamente, à medida que o quadro político, institucional e administrativo o comporte. Não poderá haver planejamento, por exemplo, se os poderes Legislativo e Executivo não trabalharem com certa harmonia de vistas, se dentro do Poder Executivo os dirigentes máximos não tomarem decisões coordenadamente, se as autoridades monetárias não obedecerem a um comando único e se esse comando não estiver sintonizado com as autoridades fiscais, se a Administração não possuir a necessária integração para executar com regularidade as tarefas que lhe forem cometidas (PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1962, p.16).

Nesta tentativa de interpretar as aspirações econômico-sociais mais imediatas da coletividade brasileira, fixando-as como metas do plano, o Plano Trienal “tornou-se alvo de grande interesse e de grandes esperanças e, perante ao quadro geral do país naquela época” (MACEDO, 2003, p.53). Pela primeira vez na história da economia brasileira formulava-se, no âmbito do próprio poder público, um diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do país.

Com tal característica, manifestava “a convergência das experiências práticas dos diversos governos brasileiros anteriores e dos debates técnicos e teóricos realizados por economistas brasileiros e latino-americanos, principalmente no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL<sup>9</sup>)” (IANNI, 1977, p. 205). Contudo, apesar de todo esforço, o Plano Trienal não foi executado, visto que a sua realização contrariava os interesses da burguesia brasileira e internacional, que se beneficiavam de todo processo de industrialização. Sob o apoio do governo estadunidense, a deflagração do

---

<sup>9</sup> Uma síntese do pensamento cepalino pode ser encontrada em SILVA (2017).

golpe milita, ocorrida no dia 1º de abril de 1964 derrubou Jango do poder, castrando de vez as esperanças do país de colocar em prática um plano de desenvolvimento nacionalista, composto de várias reformas jamais propostas (SILVA, 1992).

Daí em diante, o planejamento econômico, que despontou no imediato pós-segunda guerra mundial como um instrumento estatal capaz de fazer com que as economias subdesenvolvidas superassem as debilidades estruturais que as impediam de se desenvolverem de maneira autônoma, passou a ser utilizado no Brasil com outra finalidade. Ou seja, se tornou um instrumento de reafirmação do poder burguês, na medida em que passou a associar as próprias reivindicações dessa classe em torno daqueles interesses capitalistas internos e externos (FERNANDES, 2005). Com o Estado autoritário as burguesias conquistavam:

[...] as condições mais vantajosas possíveis: 1º) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2º) para reprimir, pela violência, ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem; 3º) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (FERNANDES, 2005, p. 255).

O Estado se firmou como principal bastião do capital internacional e defensor dos interesses da burguesia dentro da economia brasileira, que segundo os militares, era altamente fragilizada e anarquizada pelas constantes greves (COGGIOLA, 2001). Para tanto, de início, além de dispositivos de coerção, o Estado autocrático<sup>10</sup> brasileiro flexibilizou a Lei 4.131<sup>11</sup> e criou as bases institucionais que garantiriam a mobilidade do capital internacional mantendo a submissão da economia brasileira aos interesses externos, nessa fase agora articulada pelos interesses privados desse capital. Isto é:

Uma vez suprimidas as reivindicações dos setores populares que exigiam uma maior independência em relação à dinâmica externa, o Estado autoritário fez justamente o contrário, porque, além de flexibilizar a Lei de Remessas de Lucro, instaurou uma reforma institucional que conectava os interesses das multinacionais e classes associadas aos empréstimos externos altamente disponíveis pelo sistema financeiro internacional (Euromercado) (CAMPOS, 2009, p. 142).

O fim do Plano Trienal não representou apenas o término de um projeto de superação do subdesenvolvimento, mas também a derrota de Celso Furtado como Ministro do Planejamento. Em virtude disso, a teoria do desenvolvimento iria colidir-se com a estrutura de poder da sociedade brasileira, já que esta permanecia amparada sobre as bases dos

---

<sup>10</sup> Fernandes (12006, p.312) define esse termo nas seguintes palavras: “veículo por excelência do poder burguês que se instrumentalizava através da maquinaria estatal até em matérias que não [eram] nem administrativas nem políticas” (FERNANDES, 2005, p. 312).

<sup>11</sup> A referida Lei, também conhecida como Lei de Remessa de Lucros, foi criada no governo de João Goulart para controlar o movimento do capital internacional no Brasil. Contudo, a mesma foi modificada em anos posteriores quando se rompeu esta restrição e foram retomadas as relações da economia brasileira com o capital internacional.

setores mais conservadores– em particular, as oligarquias agroexportadoras e de setores anacrônicos que a partir da cristalização de privilégios sociais e econômicos, impunham um pesado fardo ao restante da sociedade (CEPÊDA, 2015).

Foi em meio a este quadro global de instabilidade da economia brasileira, agravado pelo estado de crise política quase permanente, que viveu o país a partir de 1961 e que culminou com a mudança de regime em 1964, que o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi arquitetado. Programa que, em seu sentido mais amplo, intentaria sob o viés conservador extrair do impulso original do longo processo iniciado em 1964, “a reestruturação do aparelho de intervenção do Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político” (TAVARES; ASSIS, 1985, p.11).

### **3. O Programa de Ação Econômica do Governo (1964 – 1966)**

Com a consolidação do Golpe Militar de 1964 que destituiu João Goulart e instituiu, no dia 15 de abril, o Marechal Humberto Castello Branco como presidente, foi clara a necessidade de recriar as condições que garantissem a retomada do crescimento da economia brasileira, tal como ocorrera no período 1956 – 1961. Dada a conjuntura de crise da industrialização, era preciso ter um diagnóstico mais preciso da economia brasileira que sinalizasse para uma direção concreta frente à crise econômica que assolava o desenvolvimento do país desde o início dos anos 1960.

Para cumprir tal missão, o presidente Castello Branco designou os economistas Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões para ocuparem os cargos de ministro da Fazenda e do Planejamento, respectivamente (BASTIAN, 2013). De acordo com o então presidente, a atuação conjunta desses ministérios criaria as condições para conter o avanço de problemas, como: inflação, queda dos investimentos, desemprego, desequilíbrio externo, para em seguida, retomar o crescimento de longo prazo.

Nessa conjuntura, favoráveis ao capital internacional e defensores da intervenção estatal na economia desde que ligada ao desenvolvimento conjunto do setor privado, deixavam claro que o novo governo deveria ter como meta fundamental conseguir a estabilidade monetária, pois a inflação era vista como o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro<sup>12</sup>. Assim, fez-se necessário nesse ínterim que o Estado brasileiro criasse uma estratégia de desenvolvimento que “solucionasse” esse problema, mantendo os vínculos estabelecidos com o capital internacional, os quais garantiam a sua mobilidade e lucratividade em meio a essa conjuntura de crise da industrialização e ascensão do Estado autocrático (CAMPOS; RODRIGUES, 2014).

Os princípios que conduziram a elaboração dessa nova política econômica proposta por esses ministros estavam intrinsecamente atrelados aos preceitos da ideologia liberal, como afirmou Campos (1994, p.38);

---

<sup>12</sup> Segundo Sochaczewski (1993), a inflação brasileira saltou de 12,5% em 1955, para 30,47% em 1960, atingindo 92,12 % em 1964.



[...] opção por um sistema de economia mista, segundo princípios de mercado, em vez de um sistema centralista, de economia de comando; opção por um sistema extrovertido, com ênfase no comércio exterior e aceitação de investimentos externos; realismo econômico, pela implantação de um elenco de verdades — a verdade tarifária, a verdade cambial, a moeda corrigida; produtivismo como pré-condição, e prólogo de um distributivismo eficaz.

Com esta proposta de cunho liberal, em uma de suas ações iniciais, Roberto Campos, apresentou ao então presidente da república um documento cujo título era “A Crise Brasileira e Diretrizes de Recuperação Econômica”. Nesse documento elaborado pelo recém-criado Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, dentre as principais linhas de atuação para a superação da crise econômica brasileira, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) ocupou um papel de destaque, uma vez que propunha uma série de medidas a serem adotadas a partir daquela fase.

O referido programa estabelecia algumas metas a serem executadas no país no biênio 1964 – 1966, as quais objetivavam: a) combater o processo inflacionário; b) diminuir os desníveis econômicos setoriais e regionais; c) garantir uma política de investimentos que aumentasse as oportunidades de emprego produtivo e um crescimento das exportações brasileiras d) diminuir os déficits do balanço de pagamentos etc. (RESENDE, 1990). A realização destas possibilitaria, de fato, a retomada do crescimento econômico interrompido no início da década de 1960, de maneira a aumentar os níveis de produção da indústria brasileira, e conseqüentemente, de emprego, renda e consumo.

Para tanto, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, baseados nos princípios da ortodoxia liberal, instituíram algumas políticas financeiras restritivas<sup>13</sup>, direcionadas a reduzir os gastos públicos governamentais, aumentar a arrecadação do governo, estabilizar os preços e, sobretudo, a diminuir a oferta de crédito<sup>14</sup> etc., ambos considerados os principais causadores do crescimento dos índices inflacionários no Brasil.

---

<sup>13</sup> Política Financeira, compreendendo: (i) política de redução do déficit de caixa governamental, de modo que a aliviasse progressivamente a pressão inflacionária dele resultante e que fortalecesse a capacidade de poupança nacional através do disciplinamento do consumo e das transferências do setor público e na melhoria da composição da despesa; (ii) política tributária, destinada a fortalecer a arrecadação e combater a inflação, corrigindo distorções de incidência, estimulando a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados e atenuando as desigualdades econômicas regionais e setoriais; (iii) política monetária condizente com os objetivos de progressiva estabilização dos preços, evitando, todavia, a retração do nível de capacidade produtiva e a redução da capacidade de poupança das empresas; (iv) política bancária destinada a fortalecer o nosso sistema creditício, ajustando-o a necessidades de combate a inflação e de estímulo ao desenvolvimento; (v) política de investimentos públicos, orientada de modo que fortalecesse a infraestrutura econômica e social do país, que criasse as economias externas necessárias ao desenvolvimento das inversões privadas e que atenuasse desequilíbrios regionais e setoriais. (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO, 1964, p.16).

<sup>14</sup> Dentre estas iniciativas cabe destacar que, de imediato, foi adotada uma política de contenção ao crédito através da restrição de empréstimos do Banco do Brasil, então responsável por mais de 35% do crédito ao setor privado, e do controle da expansão dos meios de pagamento. No que tange às medidas de arrocho salarial, foi instituída uma nova fórmula salarial, com reajustes sempre abaixo dos índices de inflação. Dessa forma, os novos salários passariam a ser calculados pela média dos dois anos anteriores, a que se somariam os aumentos

Na visão ortodoxa, a inflação é resultado da expansão da quantidade de moeda e de crédito a um ritmo superior do crescimento da economia. Uma fonte potencial dessa expansão monetária são os gastos públicos não cobertos por receita fiscal ou por crédito do setor privado. O ministro Bulhões pretendeu atacar a pressão inflacionária nas três fontes, simultaneamente: impôs maior disciplina de gastos ao conjunto do governo, aumentou a receita fiscal e parafiscal e criou a dívida pública com o lançamento dos títulos indexados; as chamadas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs)<sup>15</sup> (TAVARES; ASSIS, 1985, p.17).

No entanto, em meio a essas políticas de contenção, foram estabelecidas algumas reformas financeiras “liberalizantes”<sup>16</sup>, que buscavam contraditoriamente resolver o problema inflacionário, garantindo livre mobilidade aos capitais internacionais que aqui ingressassem nessa fase (RODRIGUES, 2017). Estas, por sua vez, estabeleceram uma conexão mais profunda entre o Brasil e o circuito financeiro internacional, que, daí em diante, passou a ditar o ritmo e o compasso do desenvolvimento brasileiro, via aumento do endividamento externo.

Ao executar essa política de combate à inflação nas condições apresentadas, o PAEG dava continuidade ao processo de internacionalização de capitais num momento em que o mesmo transitava da sua fase produtiva para a financeira<sup>17</sup>. Em virtude disso, as empresas multinacionais, que durante o Plano de Metas dinamizaram o processo de execução atuando nos setores mais estratégicos da esfera produtiva, passaram a realizar novas contratações líquidas de empréstimos e financiamentos externos para continuar expandindo as suas atividades econômicas no país.

---

de produtividade e o resíduo inflacionário (taxa de inflação prevista para os 12 meses seguintes). Na prática, a estimativa de inflação nos anos que se seguiram esteve sempre aquém dos índices reais, o que significou uma acentuada deterioração do poder aquisitivo das classes sociais de baixa renda. Com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, completaram-se as medidas na área das relações trabalhistas. O FGTS implicou a extinção de uma garantia fundamental dos assalariados: a estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço (BASTIAN, 2013; PROGRAMA DE ACELERAÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO, 1964).

<sup>15</sup> A ORTN era um título público federal que começou a ser emitido em 1964 que pagava a remuneração corrigida sobre futuras aplicações. A mesma foi criada para minimizar os efeitos corrosivos da inflação, uma vez que era um indicador que suavizava o efeito inflacionário e a sensação de perda de poder de consumo, portanto, era menor. Sem embargo, no longo prazo, as ORTNs tiveram um papel contraproducente no combate à inflação, pois acabaram por criar uma inércia inflacionária (OLIVEIRA; CARVALHO, 2010).

<sup>16</sup> Elas propunham: a) liberação de remessas de lucro a partir do capital inicial e do reinvestimento; b) tributação progressiva das remessas de lucros e dividendos quando superasse os 12%; para remessas de juros e amortizações, contudo, não havia limite; c) acordo bilateral com os EUA para incentivar o IDE; d) autorização de intermediação direta e simplificada para a filial estrangeira captar empréstimos externos no sistema financeiro internacional; e) autorização para intermediação de créditos externos para empresas nacionais, utilizando-se de bancos de investimentos e instituições financeiras estrangeiras” (CAMPOS; RODRIGUES, 2014, p. 416).

<sup>17</sup> “Da segunda metade dos anos 1960 ao final dos anos 1970, em virtude de o capital estar se reestruturando em uma nova base produtiva e restaurando sua dimensão financeira (controlada e restringida desde a Crise de 1929), de modo a definir, na fase posterior, um tipo de acumulação assentado essencialmente na internacionalização financeira (CAMPOS, 2009, p.10).

Em outros termos, quando favoreceu a entrada desses investimentos oriundos do Euromercado e de outras instituições multilaterais, como ocorreu após a modificação da Lei de Remessa de Lucros pela Lei nº 4.390<sup>18</sup> (1964) e pela Instrução nº 289<sup>19</sup>(1965), o Estado brasileiro promoveu a integração subordinada da economia brasileira com os centros financeiros nacionais e internacionais, o que beneficiou as empresas multinacionais, em detrimento das estatais, que foram instrumentalizadas pelas primeiras<sup>20</sup> (CAMPOS; RODRIGUES, 2014).

Nesse processo, os empréstimos em moeda nos moldes da Lei n. 4.131 “mostraram-se especialmente atrativos a essas empresas de capital externo, de vez que passaram a representar um mecanismo de burla das restrições quanto à remessa de lucros originária de investimentos estrangeiros realizados no país” (CRUZ, 1984, p. 110).

Como consequência dessa internacionalização, o processo de industrialização continuou controlado pelos interesses do capital internacional, de maneira que as debilidades estruturais da nossa formação foram mantidas e inseridas numa nova conjuntura, agora controlada pela esfera financeira. Pensando nisso, foram feitas inúmeras críticas ao PAEG e aos seus instrumentos de execução, as quais revelam o real interesse do Estado e dos ministros ao executá-lo, como poderá ser observado a seguir.

Em primeiro lugar, o Estado brasileiro não criou meios capazes de eliminar a ativa participação da iniciativa privada brasileira e internacional na realização das metas propostas pelo PAEG. Ao contrário disso, suas ações foram no sentido de tornar a atuação dessas empresas ainda mais efetiva, tal como ocorreu após a promulgação das reformas financeiras, as quais garantiam a sua entrada e rentabilidade (MATOS, 2002). Por esse motivo, quando a economia brasileira voltou a crescer durante o milagre econômico, a mesma manteve o velho padrão de crescimento desequilibrado e concentrador, típico de uma economia de formação colonial como a nossa.

---

<sup>18</sup> A referida lei estabelecia ao capital internacional uma série de vantagens adicionais, como a alíquota de 12% para as remessas de lucros mais os reinvestimentos (RESENDE, 1990).

<sup>19</sup> Esse instrumento criado pelo Estado brasileiro autorizava a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil a efetuar compras de moedas estrangeiras, assegurando assim ao vendedor o direito posterior de adquirir cobertura para retomo das divisas. De fato, “efetivamente, a política econômica e financeira do governo brasileiro, conjugando favores cambiais (Instrução nº 289, da extinta SUMOC, e outras) e diplomáticos (Acordos sobre Seguros de Investimento) ao congelamento dos salários e às medidas de vários tipos contra as empresas nacionais, permitiu que as corporações norte-americanas, além de repatriarem US\$ 381 milhões, durante o decênio de 1960, reinvestissem, sobretudo a partir de 1964, US\$ 621 milhões no Brasil. O total dos investimentos registrados como norte-americanos elevou-se de US\$ 1,1 bilhão, em 1963, para US\$ 1,6 bilhão, em 1970. De 1960 a 1969, para um total de US\$ 680 milhões aplicados pelas corporações norte-americanas no Brasil, apresentando um incremento de 71% sobre o montante do capital existente no início do período, os reinvestimentos contribuíram com 91%. Isto significa que somente cerca de US\$ 56 milhões, como investimentos diretos norte-americanos, entraram realmente no Brasil” (BANDEIRA, 1975. p.91).

<sup>20</sup> Durante o PAEG, “as empresas estatais tiveram um papel central, sem as quais não haveria o processo de industrialização na intensidade e nos moldes que ocorreu, isto é, de maneira dependente e subordinada. As mudanças financeiras e institucionais foram realizadas, o crescimento econômico ocorreu, contudo, mesmo depois do chamado “milagre econômico”, a dependência externa se acentuou e o desenvolvimento desigual interno não foi eliminado” (RODRIGUES, 2017, p.81).

Em segundo, o PAEG não se sustentou como um plano global de desenvolvimento, até porque se alicerçava apenas como um programa de ação coordenado pelo governo militar e direcionado prioritariamente para o campo econômico, não levando em consideração os problemas sociais existentes naquele período. Para Nelson Mello e Souza (2012), nem o próprio governo optou por nominá-lo de plano, devido:

a) ao grau de imprecisão inevitável no documento elaborado às pressas; b) à ausência de projetos que viessem a concretizar os objetivos de inversão. Essa ausência marcou o documento com um toque normativo e abstrato; c) ao fato de haver sido um esforço de cúpula, realizado de cima para baixo, sem a participação efetiva das diversas agências públicas que compõem o setor público federal. (MELLO e SOUZA, 2012, p.101).

Além disso, o programa não representou uma continuidade do Plano de Metas, tampouco do Plano Trienal, pois representava a antítese de ambos. Em outras palavras, não foi um plano setorial em busca de resultados quantitativos estabelecidos numa série de metas direcionadas a industrialização, como foi o primeiro. Também não possuía um viés nacionalista, com finalidade de realizar reformas de base capazes de vencer pontos de estrangulamento da economia, de forma a criar focos germinativos da riqueza social, como propunha o segundo (MELLO e SOUZA, 2012).

Nessa mesma linha de análise, Martone (2003), ao realizar uma abordagem crítica do PAEG, afirmou que um dos principais erros do programa estava relacionado ao fato dos ministros terem interpretado o problema da inflação brasileira dentro de um esquema puro de inflação de demanda, ou seja, causado pelo aumento do consumo. Por isso, adotou uma política econômica que reduzisse o poder de compra da população, através das medidas que prezavam pela restrição do crédito, aumento da tributação, etc. Para os articuladores do programa, a inflação era fruto de uma combinação entre “o crescente déficit público, a expansão exacerbada do crédito ao setor privado e os demagógicos aumentos salariais acima dos aumentos da produtividade” (OLIVEIRA, 1981, p. 39-40).

Nesse sentido, para reduzir o seu déficit em caixa, o governo decidiu aumentar a arrecadação tributária e utilizar outros meios que retirassem renda do setor privado, como a política salarial, que atingiu principalmente as camadas menos favorecidas. Ao implantar na economia brasileira um novo esquema de correção salarial (leia-se arrocho), diminuiu a renda à disposição dos assalariados, contribuindo assim para o aumento da concentração de renda no país.

Os efeitos da política salarial sobre o salário mínimo real e médio anual foram significativos. O índice de salário mínimo real médio sofreu uma queda de 4,5% pontos percentuais em 1965, quando foi introduzida a fórmula salarial, e em 1966 foi novamente reduzido em outros sete pontos percentuais. Nos anos seguintes, os índices continuaram a cair, mas o ritmo da queda foi reduzido (RESENDE, 1990, p.201).

Ainda assim, as medidas adotadas durante o PAEG conseguiram, de fato, “conter” a inflação estrutural e fizeram crescer o Produto Interno Brasileiro (PIB), haja vista o aprofundamento da industrialização que ocorreu nesse íterim. No entanto, as mesmas não

resolveram nossos problemas estruturais, de fato, servindo assim para manter a economia brasileira subordinada às exigências do setor privado brasileiro, e, sobretudo, a ação do capital internacional. Ou seja, a forma encontrada pelo Estado brasileiro para interferir de forma mais profunda e sistemática nas relações econômicas internas e externas do Brasil, além de contribuir para o aumento do endividamento externo brasileiro (tabela 1), permitiu às empresas multinacionais continuarem atuando de maneira a submeter o nosso desenvolvimento aos seus desígnios.

**Tabela 1: Inflação e Endividamento Externo Brasileiro (1960 – 1969)**

Ano	PIB (%)	Inflação (%)	Endividamento Externo (US\$ milhões)
1960	9,4	30,5	3.462,00
1961	8,6	47,8	3.144,00
1962	6,6	51,6	3.367,00
1963	0,6	79,9	3.298,00
1964	3,4	92,1	3.155,00
1965	2,4	34,3	3.644,00
1966	6,7	39,1	3.666,00
1967	4,2	25,0	3.281,00
1968	9,8	25,4	3.780,00
1969	9,5	19,3	4.403,00

Fontes: Estatísticas históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 118 e 177. “25 anos de economia brasileira – estatísticas básicas”. Avulso da revista Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 26, nov. 72, e diversos números mais recentes.

Conforme mostra a Tabela 1, nos primeiros anos da década de 1960 houve um salto das taxas de inflação, oriundo das transformações estruturais ocorridas na economia brasileira e no seu relacionamento com os capitais internacionais nessa fase em que o Plano de Metas dava sinais de esgotamento. Posteriormente, as políticas de estabilização criadas pelo PAEG (1964 – 1966) baseadas em controles de preços, equilíbrio das finanças governamentais e na redução dos salários reais, possibilitaram a diminuição dessa taxa para “35/40%, em 1965-66, 25% aproximadamente em 1967-68, e em torno de 19% anuais ao término da década, coincidindo com uma fase de extraordinário dinamismo da economia, iniciada em 1968, e identificada como o milagre brasileiro”<sup>21</sup> (MUNHOZ, 1997, p.62).

Nesse mesmo íterim, o endividamento externo brasileiro sofreu determinadas variações até o ano de 1964, mas veio a crescer rapidamente nos anos posteriores em virtude do aumento dos empréstimos externos contraídos, sobretudo pelas empresas

<sup>21</sup> O período conhecido como milagre econômico representou uma fase em que as exportações brasileiras cresceram a uma taxa média anual extremamente elevada quando comparada aos demais países latino-americanos. Entretanto, tal fato não se “deveu exclusivamente a uma condução eficiente de política econômica, mas exclusivamente à conjunção de uma fase de recuperação cíclica da economia brasileira com uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável” (BONELLI; MALAN, 1976, p. 355).

multinacionais, no sistema financeiro internacional, através do Euromercado. De acordo com Resende (1990), ao garantir a essas empresas multinacionais livre acesso às linhas de crédito vedadas às pequenas e médias empresas nacionais, o Estado brasileiro possibilitava a ampliação dos seus lucros, enquanto as estatais elevavam seus níveis de endividamento externo.

Desse modo, conclui-se que o PAEG foi um programa de estabilização da economia brasileira de considerável importância para o país, haja vista seu papel desempenhado no "controle" da inflação e no crescimento do PIB. Entretanto, as reformas institucionais e financeiras promovidas pelo Estado brasileiro nessa fase surtiram efeitos contraditórios, pois impuseram um caráter ortodoxo e autoritário na economia brasileira, que beneficiavam diretamente as classes historicamente privilegiadas da sociedade em detrimento da classe trabalhadora, que cada vez mais via seu poder de compra declinar gradativamente. Sem contar que tais reformas contribuíram diretamente para acentuar os níveis de crescimento do endividamento externo do país, reafirmando nossa condição de economia subdesenvolvida.

Após o PAEG, o Governo Castelo Branco percebeu a necessidade de institucionalizar o sistema de planejamento econômico para, em seguida, criar planos de desenvolvimento de longo prazo. Neste contexto, ocorreu a sucessão de governos e novas políticas econômicas foram implantadas no Brasil posteriormente, tais como: Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967- 1976); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968 -1970); Plano de Metas e as Bases para Ação do Governo (1970 – 1973); II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 -1979).

## **Considerações Finais**

A crise político-econômica inaugurada no início dos 1960 marca um período de efetiva disputa ideológica, à medida que também expressa um quadro muito mais amplo de transformação da economia mundial. Durante esse momento, as políticas econômicas propostas pelo Estado brasileiro foram orientadas a corrigir os desajustes internos, de modo a criar as bases para o desenvolvimento econômico, tal como pôde ser observado nessas duas estratégias propostas.

O Plano Trienal, por exemplo, trouxe nas suas reformas de base uma proposta de planejamento econômico otimista e abrangente, mas não executada - até porque seus objetivos não iam ao encontro dos anseios da burguesia brasileira, que naquela fase sofria as consequências da desaceleração cíclica do final da década anterior. A deflagração do Golpe Militar, em 1964, pôs fim ao projeto nacionalista de João Goulart e instaurou no Brasil a ditadura civil militar. Daí em diante, o Estado brasileiro passou a criar planos e programas econômicos que tinham como principal objetivo satisfazer os interesses irrestritos do capital internacional.

Durante PAEG, o planejamento assumiu uma posição mais reformista através de políticas macroeconômicas ortodoxas e mudanças institucionais que propunham recuperar a capacidade fiscal do governo e a estabilidade monetária, concedendo ao capital

internacional uma maior mobilidade. Porém, os resultados positivos alcançados foram bancados, principalmente, com empréstimos externos do Euromercado e de organismos multilaterais. Isso criou uma dependência da economia nacional aos credores e ao FMI (Fundo Monetário Internacional), que além de comprometer parte significativa do orçamento brasileiro para pagamento de juros da dívida, foi responsável por aumentar as desigualdades sociais internas.

Diante dessa análise, percebe-se que mesmo recorrendo ao planejamento econômico tal como utilizado pelos principais mentores destes planos, não se conseguiu realizar as reformas necessárias e essenciais para suplantarmos as antigas debilidades estruturais que impedem, até os dias atuais, que o desenvolvimento econômico do país ocorra em sua plenitude.

No entanto, isso não reduz a importância do planejamento enquanto instrumento de desenvolvimento para as economias subdesenvolvidas. Ao contrário, nos faz refletir quão necessária é a ação do Estado na elaboração e execução das políticas econômicas, e que esteja comprometida com os interesses das camadas menos favorecidas, tanto na teoria quanto na prática.

## Referências

BANDEIRA, M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-64**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, jan.-mar. 2013.

BIELCHOWSKY, R. **O pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: IPERA/INPES, 1988.

BONELLI, R. e MALAN, P.S. Os Limites do impossível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.6, n.2, Rio de Janeiro, 1976.

BRASIL, PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – 1963-1965 (SÍNTESE) – Presidência da República, Brasília, dezembro de 1962.

BRASIL, PROGRAMA DE ACELERAÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (1964-1966). Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1964.

CAMPOS, F. A. **A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-2002)**. 236 f. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAMPOS, F.A; RODRIGUES, F.H.L. Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a Experiência Brasileira (1956-1982). **História Econômica & História das Empresas**, v. 17 n. 2, (2014), 377- 414, 2014.

CAMPOS, R. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.

CEPÊDA, V. A. Contextos e funções da democracia no pensamento furtadiano (1944-1964). **Perspectivas**, São Paulo, v. 46, p. 155-188, jul./dez. 2015

COGGIOLA, O. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, P. D. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**, São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-70)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LOUREIRO, F. P. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), pp. 671-691, out-dez, 2013.

LOUREIRO, F. P. Relativizando o Leviatã: Empresários e Política Econômica no Governo Jânio Quadros. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 40, n. 3, p. 561-585, jul-set, 2010.

MACEDO, R. B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: MINDLIN, B. (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.



MARTONE, C. L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: MINDLIN, B. (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MATOS, P.O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Piracicaba, 2002, 184 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ/USP. 2002.

MELLO e SOUZA, N. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Revista de Administração Pública - RAP [On-line]**, n. 46, (Enero-Diciembre) 2012. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oaid=241024817012>> ISSN 0034-7612.

MIGLIOLI, J. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1982  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**. Documentos EPEA – Nº1. 1964.

MIRANDA, J. C. R. **O Plano Trienal: o canto do cisne do nacional – desenvolvimentismo**. Campinas, 1979. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

MUNHOZ, D.G. Inflação Brasileira: A crise dos anos 30. **Economia Contemporânea**, nº1, Jan – Jun, 1997.

OLIVEIRA, F. A. de. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

OLIVEIRA, G. C. de; CARVALHO, Carlos Eduardo. Indexação financeira e comportamento pró-cíclico da dívida pública mobiliária federal interna no Brasil. **Análise Econômica** (UFRGS), v. 28, p. 7-36, 2010.

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 5.ed. São Paulo: Bial, 1986.

RESENDE, A. L. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P (Org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

RODRIGUES, C.H.L. **Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998)**. Campinas: 2017. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, N. de A. **Brasil provisório (de Jânio a Sarney)**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H.M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: (Orgs.)

BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 4.ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

SILVA, R.V. **Política e Política Econômica na Crise do Início dos Anos Sessenta: O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963 – 1965)**. 1992. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SILVA, V. F. (2017). **A problemática do desenvolvimento revista: industrialização e neoestruturalismo da CEPAL**. Dissertação (Mestrado), Campinas: IE/Unicamp, São Paulo.

SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil: 1952-1968**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TAVARES, M.C.; ASSIS, J. C. **O Grande Salto para o Caos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TOLEDO, C. N. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.